

OS CONTEXTOS INVESTIGATIVOS COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA DIMINUIÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL NAS CRECHES DA CIDADE DE SENADOR RUI PALMEIRA- ALAGOAS.

¹ Aluerlla Pereira da Silva

1. RESUMO

Diante do cenário de vulnerabilidade social nas creches da cidade de Senador Rui Palmeira- Alagoas, este presente artigo tem como objetivo principal propor propostas pedagógicas a serem desenvolvidas com bases teórica em abordagens investigativas para bebês e crianças bem pequenas de 6 meses à 3 anos de idade. O propósito é minimizar os impactos da vulnerabilidade social, especialmente considerando que a maioria dessas famílias é de baixa renda e tem o bolsa família como principal fonte de sustento. Diante desse cenário, pode comprometer o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças, exigindo atenção aos educadores, gestores públicos e da sociedade. Além disso, busca-se compreender como práticas inclusivas favorecem para reduzir os impactos das desigualdades e melhorar a qualidade do desenvolvimento integral infantil.

Palavras-chave: Vulnerabilidade; Educação Infantil; Contextos investigativos; Família; Propostas.

1. ABSTRACT

Given the scenario of social vulnerability in daycare centers in the city of Senador Rui Palmeira, Alagoas, this article aims to propose pedagogical approaches to be developed with theoretical bases in investigative approaches for babies and very young children from 6 months to 3 years of age. The purpose is to minimize the impacts of social vulnerability, especially considering that most of these families are low-income and have the Bolsa Família program as their main source of income. This scenario can compromise the physical, cognitive, and emotional development of children, requiring attention from

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisas em Pedagogias e Culturas Infantis (GEPPECI). E-mail: aluerllaps@gmail.com

educators, public managers, and society. Furthermore, it seeks to understand how inclusive practices help reduce the impacts of inequalities and improve the quality of comprehensive child development.

Keywords: Vulnerability; Early Childhood Education; Investigative contexts; Family; Proposals.

2. Introdução

A Educação Infantil ocupa um espaço central no desenvolvimento integral das crianças, e por isso tem ganhado relevância nas últimas décadas, deixando de ser vista como assistencialista ou fase preparatória para o ensino fundamental. Em 1988 com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 reconhecem a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica e um direito da criança e dever do estado e opção da família. Essa transformação legal e conceitual, no entanto, não foi acompanhada de uma equidade efetiva na oferta e na qualidade de serviços educacionais para a primeira infância, em especial quando se refere a vulnerabilidade social.

No âmbito da Educação é notável que as desigualdades sociais e a pobreza são elementos existentes e predominantes, é uma realidade da educação brasileira, e com relação a Educação Infantil os impactos são maiores. Conforme afirmam Rocha, Brandão e Ávila (2020), a pobreza e a desigualdade social é muito mais do que a falta de renda, mas também variadas manifestações múltiplas de privações que afetam diretamente o acesso a direitos básicos como moradia, saúde, lazer, educação e cultura. Quando inserimos a infância nesse contexto, nos leva a perceber que a criança pobre carrega marcas de exclusão em seu corpo e em suas experiências, por determinadas situações como por exemplo: acesso e permanência, distribuição de investimentos, currículo escolar torna a escola um espaço de disputa simbólica e material. E no município sertanejo Senador Rui Palmeira-Alagoas, também apresenta em sua realidade social que é marcada por vulnerabilidades que atravessam diretamente o cotidiano das crianças que são atendidas nas creches locais, a maioria dessas famílias tem como principal ou única fonte de renda o Bolsa Família, comprometendo o acesso a direitos básicos, e como consequência afeta o desenvolvimento infantil. A Educação Infantil, não deve ser vista como somente para

acolhimento, mas como lugar de socialização, formação, cuidado e resistência frente às desigualdades. Nesse sentido, o presente artigo parte da seguinte questão: de qual forma os contextos investigativos podem ser utilizados como proposta pedagógica para diminuição dos impactos da vulnerabilidade social nas creches?

3. Contextos investigativos

Os contextos investigativos na Educação Infantil surgem como proposta pedagógica que respeita as infâncias, como sujeitos de direitos e ativos nas aprendizagens, e o professor é parceiro atuante de pesquisa, são observadores sensíveis e provocadores de sentidos e curiosidade. A Base Nacional Comum Curricular explicita que as práticas na Educação Infantil devem valorizar a exploração, a participação, a curiosidade e o protagonismo das crianças — ou seja, sustenta institucionalmente a ideia de organizar situações pedagógicas que favoreçam investigação e descoberta, e para que as crianças possam investigar, o educador precisa organizar situações pedagógicas organizadas, que busque desenvolver a aprendizagem e desenvolvimento da criança por meio da curiosidade, descoberta, exploração e da investigação. Nessas experiências educativas com contextos, as crianças são estimuladas a fazerem perguntas para si mesmas, levantar hipóteses e questionamentos, são provocadas, estimuladas para resolver problemas e construir seu conhecimento sobre o mundo ao seu redor ao qual está inserida,

As principais características dos contextos investigativos são: **foco na criança**, pois a criança é o centro de todo o processo de aprendizagem, **a aprendizagem é por meio da exploração**, pois as crianças são estimuladas a explorar o ambiente e tudo que esteve exposto no ambiente, para que a criança possa fazer descobertas e construir seu próprio conhecimento, **investigação**, as crianças são desafiadas para investigar problemas, levantar hipóteses, e organizar e colocar em prática as soluções, favorecendo o desenvolvimento de habilidades com o pensamento crítico e resolução de problemas, **colaboração**, as crianças são estimuladas a trabalhar em grupo, dividindo ideias, experiências e conhecimentos, aprendendo juntos sobre respeito, diferenças e colaboração, **mediação do professor**, a postura do professor é de mediador do processo de aprendizagem, age como suporte, orientando e desafiando as crianças.

O desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico, a aprendizagem significativa são alguns dos benefícios dos contextos investigativos, ao proporcionar a descoberta, exploração e investigação, direciona as crianças a desenvolverem todo seu potencial ao longo da vida, se tornando aprendizes constantemente.

Alguns exemplos de contextos investigativos na Educação Infantil:

- Exploração com insetos: observar formigas, joaninhas, insetos, usando lupas e potes de observação.
- Experiências com água: vivências com água em recipientes, esponjas, e variados tipos de objetos.
- Tempo e estações: registrar como o tempo está, perceber as mudanças, registrar o dia-a-dia.
- Cores: explorar tintas, luzes, elementos da natureza.
- Experiência de construção: blocos, caixas, materiais recicláveis.
- Explorando o corpo: explorar o corpo, altura, batimentos, formas do corpo.
- Sons do ambiente: caçar sons de pássaros, passos, vento... criar instrumentos com sucatas para descobrir os sons.

Desenvolver contextos investigativos na Educação é um ato transformar, quando em situação de vulnerabilidade a escola reconhece o contexto de vida da criança, suas vozes, suas formas de brincar e aprender, rompendo com a lógica de carência e passa a enxergá-las como sujeitos criativos, potentes, capazes de construir conhecimento.

4. Fundamentação Teórica

As desigualdades sociais no contexto da educação infantil podem se manifestar de diversas formas podendo ser direta e contundente dentro das instituições educacionais. A formação inicial heterogênea se revela pelas desigualdades dos profissionais da área, onde em muitas das situações não dispõem de condições adequadas de formação continuada, afetando diretamente o nível de qualidade das interações pedagógicas com as crianças. A precariedade da infraestrutura escolar é visivelmente notável em espaços físicos e inadequados, falta materiais didáticos e educativos é uma escassez de recursos, e isso compromete o desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas e inclusivas, nas salas de referência e em todos os ambientes escolares. Essa é uma realidade que se agrava constantemente, por diversos fatores como por exemplo “ausência de uma escuta qualificada e sensível

para com as famílias, que são invisibilizadas em suas reais necessidades, distanciamento das propostas pedagógicas e realidades das crianças”. São esses diversos fatores que contribuem para o fracasso das políticas educacionais que, ao invés de incluir e emancipar, terminam por reforçar mecanismos de exclusão.

Arroyo (2014), alerta que ignorar a pobreza é uma condição histórica, resultante da própria estrutura social desigual, é transferir para as famílias a responsabilidade pelas suas limitações e privações. A escola ao fazer isso assume uma postura moralizadora, pois os sujeitos são culpados pelas desigualdades que sofrem, ao invés de reconhecer sua real origem sistêmica e estrutural. O modelo de escola moralizadora não emancipa, por não criar condições de superação das desigualdades; faz justamente ao contrário, disciplina os corpos, normaliza comportamentos e reproduz as exclusões sociais, silenciando assim, as vozes das crianças e suas famílias, as impedindo do pleno exercício de seus direitos educacionais. Então, é urgente repensar sobre as práticas pedagógicas no âmbito da Educação Infantil, valorizando a escuta ativa das famílias, reconhecendo assim, os contextos de vida das crianças e tentando combater as lógicas excludentes que ainda existem em muitas instituições.

Em contextos de vulnerabilidade social da educação infantil sua problematização se dar não apenas para as privações materiais evidentes, exige um olhar atento para as dimensões simbólicas, culturais e subjetivas que atravessam a experiência das crianças e das famílias. Significa dizer que, reconhecer que a pobreza não se limita à falta de bens ou de serviços, interfere diretamente na construção de identidade, nas suas reações sociais, e na forma como as crianças percebem a si mesmo e o mundo ao seu redor ao qual estão inseridas. Como relatam Alvarenga e Vianna (2021), a noção de qualidade da educação não pode ser reduzida a tão somente parâmetros mensuráveis e universalizantes, uma vez que este é um conceito histórico, relacional ou permanente disputa de campo educacional. Em territórios marcados pela desigualdade social, a qualidade da educação infantil deve ser compreendida como resultado das interações entre sujeitos, políticas públicas e territórios, com envolvimento de dimensões afetivas, éticas, estéticas e também culturais. É nesses fatores que são definidos os sentidos de cuidar e do educar, considerando as especificidades locais e a diversidade de trajetória das infâncias que chegam à escola. Desse modo, qualquer tentativa de avaliar ou definir qualidade

educacional sem considerar tais elementos corre o risco de reproduzir práticas homogeneizadoras e excludentes, que desconsideram as múltiplas realidades e necessidades das crianças que estão em situação de vulnerabilidade social.

Autores como Bourdieu (2004) e Moss (2002) defendem a perspectiva de “qualidade negociada” como uma ruptura importante na Educação Infantil, pautadas em muitas vezes como critérios normativos, padronizados e universais, não fazendo parte das realidades locais das crianças e das famílias. Abordagem essa, que propõe uma concepção processual, contextual e participativa da qualidade, na qual o cotidiano educativo não é construído unilateralmente pelo professor da instituição, mas também de forma compartilhada entre as crianças, profissionais da educação, famílias e comunidade. Corresponde ao entendimento que reconheçamos a importância da escuta atenta dos sujeitos envolvidos, a valorização das suas experiências e a incorporação de suas vozes na definição dos sentidos e das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola.

Para garantia da equidade na educação infantil implica adotar a concepção de escola como um espaço de construção coletiva do conhecimento, de respeito à pluralidade de saberes e de promoção de uma educação democrática, que realmente reconheça o direito à diferença como um princípio fundamental para a garantia da equidade na Educação Infantil. A escola não deve reproduzir a exclusão, mas se constituir em espaços de reconhecimento das diferenças e de resistência frente às desigualdades. Entender que a construção da inserção de contextos investigativos nos planejamentos da Educação Infantil é proporcionar vivências significativas de uma práxis refletida de contextos de qualidade “[...] deixar vestígios da memória, produzir continuidade, refletir, projetar, comunicar, transladar conhecimentos” (TOMASELI; ZOCCHI, 2009, p. 27). Segundo Miguel Arroyo (pag. 23, 2011). As práticas educativas situadas em territórios vulneráveis, necessitam assumir a dimensão política do ato educativo: formar cidadãos, que sejam capazes de interpretar e transformar suas realidades. Vygotsky (1991), ressalta que o desenvolvimento integral da criança ocorre nas interações sociais mediadas pela cultura. Ou seja, as aprendizagens não são individuais, mas coletivas, que são construídas na relação com os outros. Zona de desenvolvimento proximal esse é o conceito, que reforça a importância de práticas que desafiem as crianças a avançarem com o apoio dos adultos e dos seus pares.

Segundo Paulo Fochi (2015) a documentação pedagógica como ferramenta pode tornar visível os processos de aprendizagem, não como instrumento de controle, mas de reflexão coletiva. A escuta atenta às múltiplas linguagens da infância – gestos, música/oralidade, manipulação, interação, desenho. É uma condição que o trabalho pedagógico se construa a partir das crianças e não apenas para elas, dessa forma, as propostas pedagógicas de contextos investigativos, são rotinas de pensamentos, para que pense sobre o mundo, os contextos precisam ser pré-preparados, pré-estruturado, para que as crianças possam percorrer, investigar, pesquisar. Para Bondioli (2015, p. 1330), o contexto educativo é compreendido como “um conjunto complexo de recursos materiais, humanos e simbólicos que uma instituição organiza e põe em jogo com o objetivo de produzir um impacto sobre os benefícios de ações educativas”. É perceptível que a autora está se referindo ao contexto, que pode ser elementos objetivos e materiais, e também as ações, relações e significados produzidos pelos sujeitos. Bondioli (2015, p. 1330),

Mesmo aspectos simbólicos – aspirações, atitudes, motivações, intenções, das pessoas que circulam no contexto – são uma parte integrante da escola enquanto ambiente ecológico. O contexto não é concebido como um recipiente, mas como um processo: o ambiente muda constantemente devido às ações, aspirações e relações dos indivíduos que trabalham lá. Essa transformação, por sua vez, influencia as ações e as intenções das pessoas envolvidas.

O contexto é interpretado como uma visão longa, capaz de ampliar a visão do adulto, que represente a escolha em construir um certo ritmo para a vida diária, que respeita as necessidades infantis em diálogo com as necessidades dos adultos e instituições. É necessário planejar o contexto

5. Metodologia

O presente estudo tem caráter qualitativo e exploratório, fundamentado em revisão bibliográfica e análise documental. As principais obras como as de Miguel Arroyo, Vygotsky e Paulo Fochi, foram consideradas para elaboração deste artigo.

O Miguel Arroyo, contribuiu em suas obras por pensar a educação como resistência às desigualdades; a teoria histórico-cultural de Vygotsky, para entender sobre a centralidade da interação social no desenvolvimento infantil, e também as contribuições de Paulo Fochi, para fundamentar o uso com contextos investigativos e

documentação pedagógica na Educação Infantil. Essas contribuições teóricas permitem propor práticas pedagógicas que respondam às vulnerabilidades sociais locais.

6. Análise e Discussão

Quando o assunto é Educação Infantil não há espaço para atividades mecânicas de pontilhados, memorização, decodificação ou exercícios repetitivos. A criança deve ser vista de maneira integral. Conforme Rinaldi (2016) as escolas precisam oferecer espaços de aprendizagem, que possibilite à criança criar e construir. E os contextos investigativos tem o potencial de desenvolver a criança de maneira integral, e aos inseri-los nas propostas pedagógicas, permite a participação ativa das crianças, proporcionando vivências significativas. Muitas são as crianças de 6 meses à 3 anos na cidade sertaneja Senador Rui Palmeira-Alagoas, que vivem em contextos de privações materiais e culturais, tendo como principal renda o Bolsa Família. Em vários momentos, os Centros de Educação Infantil representam espaço principal de acesso a alimentação, experiências educativas e cuidado. Diante deste cenário, o risco é que somente a escola potencializa aprendizagens significativas. Sendo necessário a participação também da família para que o desenvolvimento integral da criança ocorra, e os contextos investigativos por utilizar materiais simples, não estruturados, elementos da natureza, artísticos dentre outros, nos leva à reflexão da potência que são os contextos investigativos, que consiste em organizar antecipadamente o cotidiano das crianças a partir de situações que despertem sua curiosidade, problematiza experiências e promove pesquisa ativa. Essas práticas educativas reconhecem a criança como sujeito de direitos, e pesquisador no mundo, em consonância com Vygotsky e Fochi.

As famílias e a comunidade acompanham as aprendizagens por meio da documentação dos processos, fortalecendo os vínculos entre escola e território. Inspirada em Fochi, essa prática ressignifica o papel da creche: não apenas em acolher, como também tornar visíveis os direitos e potencialidades das crianças. As creches podem se constituir como espaços de resistências ao ciclo da pobreza, segundo Arroyo, quando reconhecem as crianças pobres como portadoras de culturas e direitos. As propostas educativas com contextos investigativos, ao promoverem protagonismo e cooperação, colaboram na redução dos impactos das vulnerabilidades sociais, oferecendo experiências educativas que ampliam horizontes

de desenvolvimento e cidadania desde seus primeiros anos de vida. Sendo assim, a creche se transforma em um ambiente de emancipação e transformação social, mostrando-se como uma importante aliada na superação das vulnerabilidades e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

7. Considerações finais

Portanto, esse artigo, mostra como as práticas pedagógicas educativas com contextos investigativos na Educação Infantil, especialmente quando se refere por territórios marcados por situações de vulnerabilidade social, que de fato influenciam o pleno desenvolvimento integral das crianças. Por meio da compreensão de que o espaço da Educação Infantil vai muito além de um ambiente meramente assistencialista ou cuidado, sendo sem dúvidas um campo potente de produções de sentido, criatividade, afetos e aprendizagens, que interage diretamente como o contexto sociocultural das comunidades.

Diante deste cenário, cabe refletir como tais interações, entre profissionais da educação, crianças e também suas famílias, podem se constituir em estratégias de resistência às desigualdades sociais, promovendo assim, a formação cidadã desde a primeira infância e contribuindo para processos de transformação social. E dar visibilidade às vozes daqueles que vivem e atuam nesses referidos contextos, principalmente as infâncias silenciadas, e as famílias que, muitas vezes, enfrentam exclusões de diversas formas. Reconhecer a potência educacional que existe nas relações humanas e também nas práticas cotidianas, busca-se destacar a relevância de uma Educação Infantil comprometida com os princípios éticos e políticos voltados para a equidade, justiça social, a democracia participativa e também a promoção dos direitos humanos. Essa abordagem se alinha a uma visão emancipatória da educação, que entende o ato educativo como possibilidade de criação de novos mundos e o que mais almejamos realidades justas.

A relevância deste artigo está na necessidade de contribuir para a construção de práticas educativas mais equitativas, sensíveis às realidades locais e comprometimento com os direitos humanos, e assim, oferecer subsídios para a construção de uma Educação Infantil inclusiva, acolhedora e socialmente comprometida.

Além disso, a escuta qualificada e a formação continuada dos profissionais da educação necessita do fortalecimento para se apresentarem como eixos essenciais para a consolidação de práticas pedagógicas mais conscientes, humanas e transformadoras. É necessário investir na valorização da cultura local, na escuta ativa das infâncias e no estímulo ao protagonismo das crianças, valorizando as crianças como sujeitos históricos e sociais, que se desenvolve na cultura e capazes de contribuir ativamente na construção do conhecimento e da realidade em que vivem. A construção de uma educação infantil socialmente referenciada exige o enfrentamento constante das desigualdades estruturais, a promoção da justiça cognitiva e o reconhecimento da diversidade como riqueza e não como obstáculo.

Enfim, este estudo é um convite para pesquisadores, gestores, professores e demais atores sociais a repensarem as formas de fazer educação em contextos de vulnerabilidade social, superando os desafios, práticas excludentes, e dar ênfase na potência da infância como força criadora, crítica e transformadora. Enquanto direito, que a Educação Infantil seja efetivamente um espaço de resistência, acolhimento e principalmente esperança para todas as crianças, em especial as crianças que vivem nas margens, mas que carregam dentro de si o centro de possibilidades de um futuro mais justo, igualitário e solidário.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, C, F; VIANNA, C, P. **Avaliação, gênero e qualidade na Educação Infantil: conceitos em disputa**. Educar em Revista, Curitiba, v. 37. E78271, 2021.

Disponível em scielo.br/j/er/a/JYRKScnbVjX73MkngFvQXLR/?format=pdf

Acesso em 03 de maio de 2025

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza**, 2004.

Disponível em [Desigualdade social e pobreza miolo.pdf](#) Acesso em 05 de maio de 2025

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: BNCC — Educação Infantil. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: (documento oficial).

BONDIOLI, Anna. **Promover a partir do interior: o papel do “facilitador” no apoio a formas dialógicas e reflexivas**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41. Especial, p. 1327-1338, dez., 2025.

BORDIEU, P. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. 5. Ed. São Paulo: Edições 70, 2003. Disponível em [BOURDIEU and PASSERON Os Herdeiros.pdf](#)

Acesso em 10 de maio de 2025

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 30 de maio de 2025

BRASIL. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da união: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccvil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 20 de maio de 2025.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009.

FOCHI, P. **A documentação pedagógica como estratégia para uma pedagogia da escuta**. Porto Alegre: Penso, 2015.

PINZANI, A; REGO, W, L. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: UNESP, 2014. Acesso em 01 de maio de 2025

Disponível em scielo.br/j/sdeb/a/GwGWHJsJMXzWqQLXkYHthVp/?format=pdf&lang=pt

ROCHA, M. R.; BRANDÃO, A. P. B.; ÁVILAR, R. **Pobreza e desigualdade social resistências e enfrentamentos no contexto escolar**. In: ____ **Desigualdade social e pobreza**, p. 249-266, 2018. Disponível em [Desigualdade social e pobreza miolo.pdf](#) Acesso em 25 de maio de 2025

TOMASELLI, Anna; ZOCCHI, Alessandra. **Perché documentare**. In: COMUNE DI FERENZE. **Linea guida: per i servizi educativi della prima infanzia**. Azzano São Paulo: Junior, 2009, p. 24-76.